

30 de setembro a 4 de outubro
Ponta Grossa - PR - Brasil

ORÇAMENTO PÚBLICO E O INCENTIVO AO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2010 A 2018

PUBLIC BUDGET AND INCENTIVE TO BRAZILIAN AGRICULTURE: AN ANALYSIS OF THE PERIOD 2010 TO 2018

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Larissa Chaves (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG) larissa.chaves1997@gmail.com

Saulo Joli Diuba (Fundação Getúlio Vargas – FGV) saulo_joly@hotmail.com

Oswaldo Malta Callegari (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG) osvaldo1264@gmail.com

Resumo

A evolução progressiva do orçamento público propiciou a criação de ferramentas para um melhor controle do mesmo. Por meio de uma dessas ferramentas denominada Mosaico Orçamentário, esta pesquisa se propõe a analisar as receitas e os gastos da União no que se compete à função Agricultura, uma agregação das diversas áreas de atuação, pertencente ao setor público. De modo que o objetivo desse estudo é analisar a relação existente entre o Orçamento Público e seu Incentivo ao Agronegócio Brasileiro no período explorado de 2010 a 2018. Para tanto, foram utilizadas duas bases de dados, o Impostômetro e o Mosaico Orçamentário, realizando o levantamento das receitas e das despesas públicas, respectivamente. Os resultados indicam que os valores autorizados no orçamento público dentro do período pesquisado são inferiores aos valores arrecadados em tributos, por sua vez, os valores realmente pagos, são inferiores ao autorizado pelo orçamento. Além do mais, foi apontado que nos anos de 2015, 2016 e 2017 os valor autorizado do orçamento foi utilizado com maior expressividade, logo os valores reais pagos nesses anos foram os maiores dentre todo o período analisado.

Palavras chave: Administração Pública, Orçamento Público, Mosaico Orçamentário, Agronegócio.

Abstract

The progressive evolution of the public budget led to the creation of tools for better control of the budget. Through one of these tools called Budget Mosaic, this research proposes to analyze the revenues and expenditures of the Union in what concerns the function Agriculture, an aggregation of the various areas of activity, belonging to the public sector. Therefore, the objective of this study is to analyze the relationship between the Public Budget and its Incentive to Brazilian Agribusiness in the period from 2010 to 2018. For this purpose, two databases, the Impostômetro and the Mosaico Orçamentário, were used, carrying out the survey of public revenue and expenditure, respectively. The results indicate that the amounts authorized in the public budget within the period surveyed are lower than the amounts collected in taxes, in turn, the amounts actually paid, are lower than authorized by the budget. Moreover, it was pointed out that in the years 2015, 2016 and 2017, the authorized value of the budget was used with greater expressiveness, so the actual amounts paid in those years were the highest during the analyzed period.

Key words: Public Administration, Public Budget, Budget Mosaic, Agribusiness.

1. INTRODUÇÃO

A evolução do Orçamento Público Brasileiro vem ocorrendo gradativamente desde sua origem no Brasil Colônia até os dias atuais juntamente com a evolução das Constituições Federais do país. O Orçamento Público no Brasil deixou seu caráter exclusivo de controle das finanças, evoluindo para um instrumento da Administração Pública. (Giacomoni, 2002).

O Orçamento Público é visto como um instrumento de planejamento governamental onde se encontram as despesas da administração pública para o ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas para esse mesmo ano. É nele onde estão previstos todos os recursos arrecadados e onde esses recursos serão alocados. (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2015). O Orçamento Público tem como propósito destacar, em termos qualitativos e quantitativos, física e monetariamente, as políticas econômico-financeiras que o governo pretende executar. (Silva, 1997).

O Ciclo Orçamentário possibilita por meio de três leis orçamentárias que o orçamento da União seja proposto, aprovado, executado e avaliado constantemente. O ciclo tem seu início no primeiro ano de mandato do chefe executivo, Presidente da República, quando se elabora o PPA (Plano Plurianual), onde é realizado o planejamento estratégico dos próximos quatro anos. A seguir, através das LDO (Leis de Diretrizes Orçamentárias) são indicadas as prioridades juntamente com as metas do orçamento anual, levando em conta os cenários macroeconômico e fiscal. Finalmente, por meio das diretrizes descritas pelas LDO, se dá a formulação e aprovação das LOA (Leis de Orçamento Anual), responsáveis por autorizar a quantidade de recursos destinados aos órgãos públicos a cada ano de acordo com as classificações relacionadas às despesas e detalhadas às fontes da receita.

O princípio do Mosaico Orçamentário está em deixar mais clara a dimensão dos gastos do governo, a função Agricultura presente no Mosaico Orçamentário demonstra onde está sendo gasto a fatia do orçamento destinada ao incentivo do agronegócio brasileiro. Se expandir os quadros formados na ferramenta do Mosaico Orçamentário, terá acesso à aproximadamente 27 Sub-Funções, a mais dispendiosa delas, denominada Promoção da Produção Agropecuária. Dentro dessa Sub-Função, os Elementos de Despesa que mais se destacam são: Encargos Especiais envolvidos com dívida interna e externa; Previdência Social; Saúde com gastos acerca de assistência hospitalar e ambulatorial, e atenção básica; e Educação, com gastos voltados ao Ensino Superior, Ensino Profissional e Educação Básica.

O Brasil é um país movido por sua agricultura, teve seu crescimento no setor entre os anos de 1960 e 1980 com o grande desenvolvimento científico e tecnológico da época que aumentou a oferta de produtos, fornecendo ao Brasil o posto de dominância na agricultura tropical. Na década de 70 originaram-se instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); e também, instrumentos de política econômica com o objetivo de aumentar a produtividade do país. (Conceição & Conceição, 2014).

Barros (1983) evidência que a estratégia brasileira de modernização no setor agrícola, entre 1960 e 1980, fundamentou-se em quatro principais fatores, sendo eles: 1. A expansão dos programas de crédito subsidiado; 2. A elevação dos gastos em extensão rural e pesquisa; 3. A maior abertura ao comércio internacional; e, 4. A prioridade ao setor de insumos modernos. Assim, por meio desses fatores, os ganhos na produtividade agrícola passaram a ser uma grande força motriz no crescimento da produção, em particular, das culturas tidas como modernas.

Dessa forma o objetivo do presente artigo científico visa analisar as receitas e os gastos do governo com a função Agricultura do Mosaico Orçamentário, no período entre 2010 a 2018, tendo por base os dados disponibilizados pelo Impostômetro, com o levantamento das

receitas por meio dos tributos arrecadados, e pelo Mosaico Orçamentário, uma ferramenta que possibilita verificar o valor autorizado e o executado do orçamento da União dentro do período analisado.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto à sua natureza, como básica, pois visa amplificar os conhecimentos teóricos, não sendo necessária sua aplicação prática. Quanto ao objetivo, classifica-se como pesquisa descritiva, pois busca descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. (Gil, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, pois se desenvolve tanto por meio do estudo de materiais já elaborados e tornados públicos, como livros e artigos científicos, como também, por meio de materiais que não receberam um tratamento analítico e que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, por exemplo, relatórios de sites do governo. (Gil, 2008).

Quanto à abordagem, a pesquisa é considerada como quantitativa, pois parte do pressuposto de que tudo é quantificável, o que significa transpassar opiniões e números em informações para que sejam classificadas e analisadas. (Gil, 1994).

Quanto aos métodos, a pesquisa é caracterizada como *survey* ou levantamento, onde seu objetivo primário não abrange o desenvolvimento ou teste de uma teoria, mas sim, possibilitar subsidiar a construção de teorias ou o refinamento das mesmas. (Cauchick, 2012).

A obtenção de dados se apresentou pelo acesso a duas plataformas digitais durante os meses de outubro de 2018 e janeiro de 2019. A primeira sendo o Mosaico Orçamentário, e a segunda, o Impostômetro. O período entre 2010 e 2018 foi o definido para busca de dados, pois configuram períodos importantes para o agronegócio brasileiro e sua evolução.

A plataforma do Mosaico Orçamentário é administrada pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV (Fundação Getúlio Vargas), sob a finalidade de esclarecer a proporção dos gastos da União, com informações dispostas em dois formatos: gastos por função e gastos por órgão. Esta pesquisa utilizou a busca definida por função, sendo ela, Agricultura. (Rodrigues et. al., 2018).

Já o Impostômetro é uma plataforma administrada por três instituições, sendo elas: a FACESP (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo), a ACSP (Associação Comercial de São Paulo), e o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação). É responsável por reunir os dados do montante arrecadado pelas três esferas do governo – Federal, Estadual e Municipal – através da tributação de impostos, taxas e contribuições, incluindo também multas, juros e correções monetárias. (Rodrigues et. al., 2018).

Os elementos levantados foram tratados em planilha eletrônica por meio de estatística descritiva; e para um melhor arranjo e interpretação das informações foram elaborados quadros e gráficos, para comparação dos dados.

3. RESULTADOS

Para realizar a análise dos gastos públicos destinados à função Agricultura entre os anos de 2010 e 2018, primeiramente foram levantados os valores correspondentes ao recolhimento bruto de impostos no período através do site Impostômetro. Depois foram levantados os dados pertinentes às despesas geradas pela função escolhida, Agricultura. A análise desses dados e a relação com o contexto histórico do período se mostra a seguir:

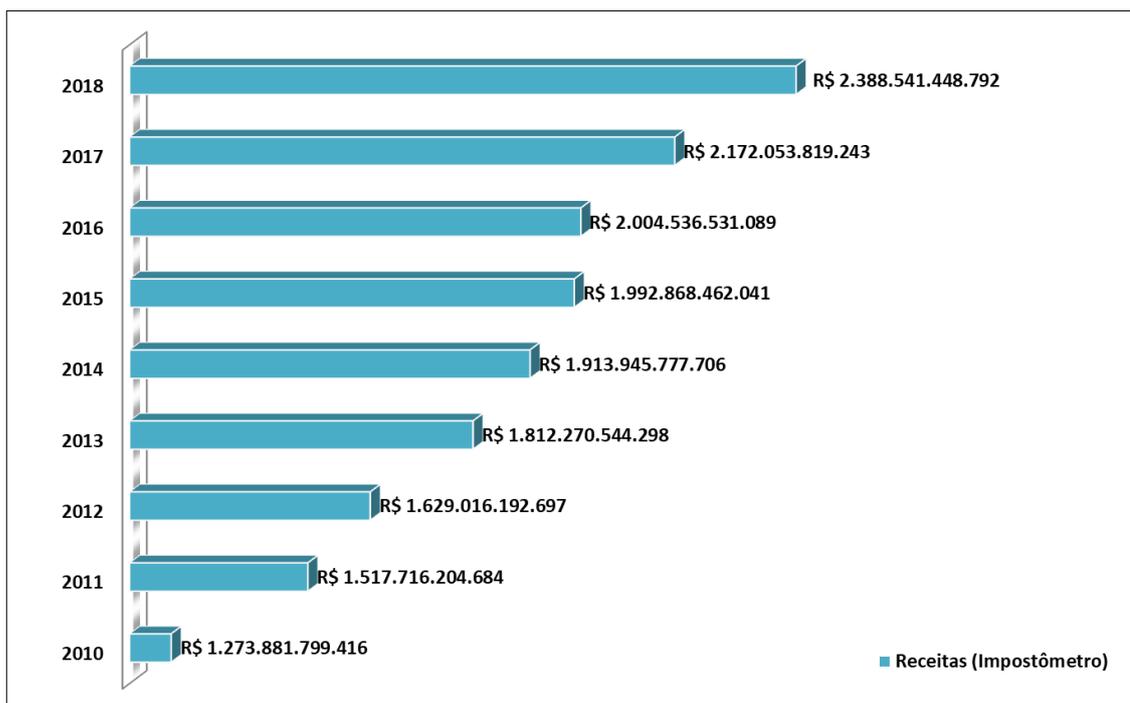


Gráfico 01: Receita Bruta recolhida por meio dos impostos: 2010 – 2018. Fonte: A autora (2019).

Como podemos observar através dos dados disponibilizados no gráfico 01, a arrecadação de impostos no Brasil dentro do período analisado esteve em ritmo de crescimento, isso se deve ao fato do governo aumentar a quantia recolhida de impostos gradativamente ao passar dos anos, com a finalidade de suprir os gastos públicos, dentre eles, o dinheiro destinado para investimentos no Agronegócio do país.

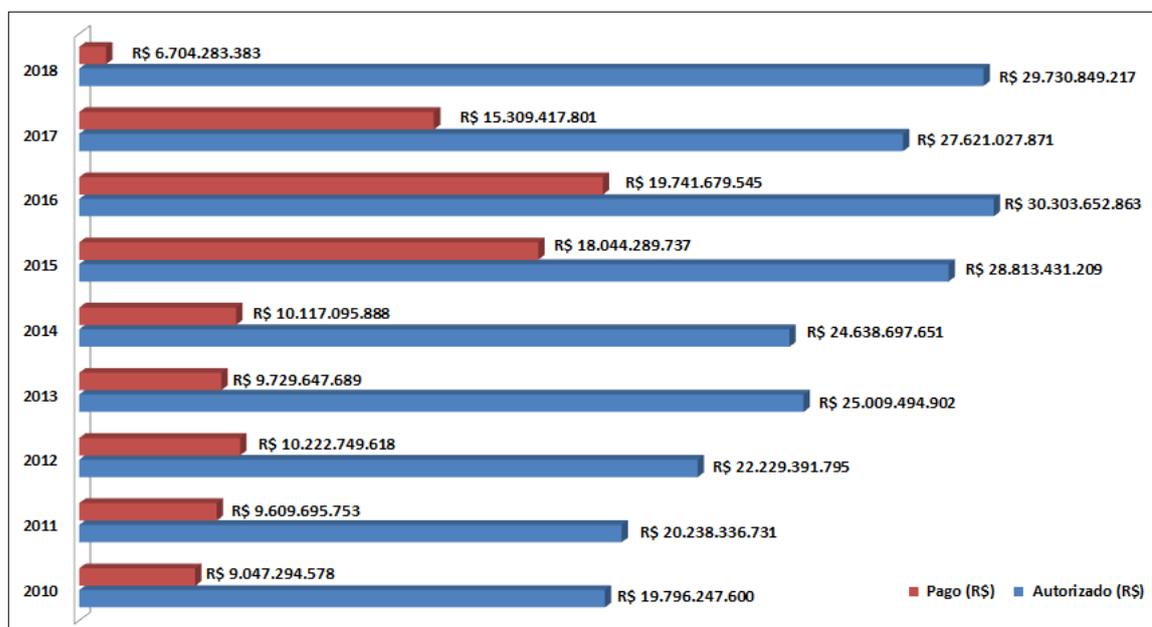


Gráfico 02: Comparativo: Valor Autorizado X Valor Pago: 2010 – 2018. Fonte: A autora (2019).

Ao compararmos a quantia do autorizado para despesas – marcada em azul – com a quantia real repassada para o pagamento das despesas relacionadas à agricultura – marcada em vermelho – conforme o gráfico 02 observa-se que, o orçamento autorizado para o pagamento dessas despesas não é utilizado em sua totalidade.

O Brasil é um país predominantemente agrícola, com grande parte de suas indústrias voltadas para a transformação do produto in natura da agricultura em produtos industrializados, o incentivo no orçamento dos gastos voltados à função agricultura é relativamente alto, bem como os resultados obtidos através das safras dos anos analisados.

Em 2010 o Brasil vivia uma ótima fase no que envolvia o setor de agronegócios, sobretudo a agricultura. Tornando-se o terceiro maior exportador agrícola do mundo, ultrapassando o Canadá e ficando atrás somente dos EUA e da União Europeia. Ainda no mesmo ano atingiu uma produção de aproximadamente R\$ 166,8 Bilhões. Apesar do valor autorizado para investimento na agricultura ter sido de R\$ 19.796.247.600,00 o valor real utilizado foi de R\$ 9.047.294.578,00, cerca de apenas 45,70% do total de capital reservado para fortalecer o investimento no agronegócio brasileiro.

No ano de 2011, foi previsto e atingido um recorde na produção agrícola, chegando à até R\$ 193,2 Bilhões, quase 7,3% a mais em relação ao produzido em 2010. Com a região Centro-Oeste podendo ultrapassar a produção da região Sul. Como reflexo dos bons resultados obtidos no ano anterior, o total de capital autorizado para os investimentos em 2011 foi de R\$ 20.238.336.731,00 enquanto o valor pago no período foi de R\$ 9.609.695.753,00, o que representou 47,48% do total de capital destinado para fomentação da agricultura em 2011.

Já em 2012, o Brasil teve sua produtividade agrícola em crescimento maior do que a produtividade mundial, com 65,3 Milhões de hectares plantados (50 Milhões em grãos e 15,3 Milhões em hortaliças). Entretanto nesse período, houve uma queda no PIB da agropecuária de 5,8%. Com R\$ 22.229.391.795,00 de capital autorizado para investimento e utilizado apenas, 45,98%, um valor de R\$ 10.222.749.618,00.

Em 2013, o PIB da agricultura foi salvo pela produção de soja que o elevou em 22,8%, e de milho, com 6,9% de elevação. Mostrando uma recuperação em seus dados comparada à queda do ano anterior, 2012. Dessa forma, houve o aumento de 12,50% (R\$ 25.009.494.902,00) no valor autorizado para investimento na agricultura nesse ano, deste, apenas R\$ 9.729.647.689,00 foram realmente utilizados para pagamento de despesas relacionadas ao agronegócio, cerca de 38,90%.

Continuando sua ascensão, a produção agrícola brasileira em 2014 cresceu em 8,1% em relação a 2013, chegando a valores de R\$ 251,2 Bilhões. As principais culturas que colaboraram para esse aumento produtivo foram: soja com acréscimo de 22,4%, o café arábica (22,6%) e o algodão (17,4%) em comparação a 2013. Em 2014, o valor autorizado para quitação das despesas relacionadas à agricultura foi de R\$ 24.638.697.651,00. Já o valor real utilizado foi de R\$ 10.117.095.688,00, aproximadamente 41,06%.

No ano de 2015, o PIB do agronegócio teve um crescimento de 1,8%, o que representou para o agronegócio, uma fatia de 23% de todo PIB nacional, medindo a geração de riquezas em todas as cadeias do setor agropecuário, desde a produção de insumos até as indústrias de alimentos, passando também, pela produção nas fazendas. Esse crescimento deve-se em grande parte pela agricultura, principalmente para as culturas de soja (11,9%), milho (7,3%), e cana de açúcar que cresceu em 2,4% neste período. Este, comparado aos anos anteriores, foi um ano onde os recursos destinados à agricultura foram melhor aplicados, com R\$ 18.044.289.737,00 de valor real pago em despesas da agricultura. Sendo que o valor autorizado chegou a R\$ 28.813.431.209,00. Em 2015 foram utilizados 62,62% do valor autorizado em recursos para a área.

Em 2016 a produção agrícola alcançou 183,9 milhões de toneladas, uma redução de 12,3% em relação ao ano anterior, 2015. O arroz, o milho e a soja representaram 92,4% da estimativa da produção e responderam 87,9% da área colhida. O gerente do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Carlos Alfredo Guedes, em entrevista ao site Globo Rural no mês de dezembro de 2016, atrelou a redução da produção à seca vivida nesse ano.

Por outro lado, neste ano ocorreu um fortalecimento do Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural (Pisacoop), uma ação onde o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) disseminou tecnologias de produção e de gestão sustentáveis para os produtores, dentre elas um investimento de R\$ 8 milhões para aquisição de kits de irrigação para oito estados do nordeste brasileiro.

O Ministro Maggi, em entrevista à Coordenação-Geral de Comunicação Social do Mapa, destacou a importância de apoiar a produção agrícola brasileira, visto que o país é um dos principais polos agrícolas do mundo. Maggi ainda salienta que, se não houvesse apoio ao setor agrícola, a colheita de 2016 teria terríveis resultados devido às sérias adversidades climáticas enfrentadas nesse período. Pode-se observar no Gráfico 2, que em 2016 foram utilizados cerca de 65,14% do valor autorizado para investimentos na agricultura, o que em moeda, fica estabelecido em torno de R\$ 19.741.679.545,00 de valor investido.

O ano de 2017 começa com um valor autorizado de R\$ 27.621.027.871,00 para investimentos em recursos para agricultura, obtendo um valor real pago de R\$ 15.309.417.801,00 em investimentos para a área, aproximadamente 55,42% do autorizado.

Neste ano a agricultura contribuiu beneficentemente para o crescimento de 1% do PIB que chegou à R\$6,6 trilhões. Entre as atividades que contribuíram para o resultado do PIB, a agropecuária teve o maior crescimento do ano, com 13%, principalmente relacionado à Agricultura, com a expansão nas produções nacionais das culturas de milho (55,2%) e soja (19,4%). “Apesar do peso relativo menor, a safra recorde representou a principal contribuição para o resultado positivo do PIB no ano”, explicou a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, ao site Agência IBGE Notícias.

O ministro Maggi também comemorou o resultado, segundo ele: “O crescimento que o Brasil teve, praticamente, veio do agronegócio, da agricultura, da pecuária, dos negócios ligados ao nosso setor”. Maggi ainda cumprimentou a cada um dos produtores brasileiros, a cada um daqueles que transformam o agronegócio em produtos que vão para as prateleiras, por fim o ministro completou dizendo: “Nós temos muita alegria em comemorar isso e preparando para que, em 2018, também o agronegócio tenha participação muito forte no PIB brasileiro”.

O ano de 2018, com o valor autorizado de R\$ 29.730.849.217,00 e o valor real pago de R\$ 6.704.283.383,00 segundo as informações do Gráfico 2, foi um ano de recordes para a agricultura brasileira. A começar pelo recorde de mais de 61 milhões de sacas de café, um crescimento aproximado de 37% segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento acredita que o país poderá colher até 238 milhões de toneladas de grãos na safra 2018/19, superando em 4,7% o resultado da colheita anterior. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, também conhecido como USDA, acredita que a safra de soja 2018/19 brasileira deve alcançar o recorde de 122 milhões de toneladas elevando a previsão de exportação da oleaginosa. Sendo atualmente o maior exportador de soja e seus derivados, o Brasil pode observar envios

recordes no ano comercial de 2018/19 entre 81 milhões de toneladas de acordo com o levantamento do USDA.

4. CONCLUSÃO

Após analisar a relação entre as receitas e os gastos referentes à função Agricultura dentro do orçamento da União no período de 2010 a 2018 por meio da ferramenta do mosaico orçamentário, pode-se demonstrar o vínculo existente entre o investimento do país no setor agrícola e os resultados progressivos nas safras do período analisado.

Pôde-se verificar também que os anos de 2015 a 2017 foram os anos onde o valor autorizado foi utilizado com maior expressividade e o fruto desse investimento nesses respectivos anos se apresentou através do aumento do PIB do agronegócio.

O ano de 2018 segundo levantamento realizado por meio do mosaico orçamentário se mostrou o qual houve um menor uso do valor autorizado para investimento na função Agricultura, no entanto, graças às condições climáticas propícias para diversas culturas agrícolas, o mesmo foi um ano de recordes para o agronegócio brasileiro no que tange a cultura do café, e também com uma previsão otimista para a safra 2018/19 de soja.

Os resultados demonstram também, que o repasse do orçamento público para a agricultura merece passar por uma revisão dos órgãos políticos competentes, visto que o agronegócio brasileiro é um dos grandes responsáveis pela geração de emprego e renda para a população, além do desenvolvimento econômico do país. A fiscalização da correta execução do orçamento público e dos setores beneficiados por ele, cabe à sociedade em geral que possui o poder de exigir a aplicação assertiva dos recursos públicos arrecadados por meio dos tributos que essa paga, e administrados pelos governantes que esta empossa.

REFERÊNCIAS

- Agencia IBGE Noticias. *Puxado pela agricultura, PIB cresce 1,0% em 2017 e chega a R\$ 6,6 trilhões*, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20168-puxado-pela-agricultura-pib-cresce-1-0-em-2017-e-chega-a-r-6-6-trilhoes> (18 de Novembro de 2018).
- Barros, J. R. M. (1983). *Fundamentos de uma nova política agrícola*. Brasília: Ministério da Agricultura/CFP, 39 p. (Coleção Análise e Pesquisa, v. 26).
- Cauchick, P. A. M. (2012). *Metodologia de pesquisa para engenharia de produção e gestão de operações* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Elsevier: ABEPRO.
- Conceição, Júnia Cristina Peres R. Da., Pedro Henrique Zuchi da Conceição. (2014). *Agricultura: Evolução e Importância para a Balança Comercial Brasileira*. Brasília: IPEA, www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1944.pdf
- Giacomoni, J. (2002). *Orçamento Público*. São Paulo: Atlas.
- Gil, Antonio Carlos. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. Ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, Antonio Carlos. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas.
- Governo Do Brasil. *Produção agrícola nacional deve atingir em 2010, segundo maior valor desde 1997*, <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/10/producao-brasileira-deve-atingir-em-2010-o-segundo-maior-valor-desde-1997> (12 de Outubro de 2018).

- Governo Do Brasil. *Produtividade agrícola do Brasil cresce mais do que a mundial, mostra pesquisa*, <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/01/produtividade-agricola-do-brasil-cresce-mais-do-que-a-mundial-mostra-pesquisa> (12 de Outubro de 2018).
- Governo Do Brasil. *Valor da produção agrícola será recorde em 2011, prevê ministério*, <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/valor-da-producao-agricola-sera-recorde-em-2011-preve-ministerio> (12 de Outubro de 2018).
- Governo Do Brasil. *PIB do agronegócio cresceu 1,8% em 2015*, <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/pib-do-agronegocio-cresceu-1-8-em-2015> (12 de Outubro de 2018).
- Impostômetro, <https://impostometro.com.br/> (18 de Novembro de 2018).
- Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento. *2016, o ano da ampliação de mercados para o agronegócio brasileiro*, <http://www.agricultura.gov.br/noticias/2016-o-ano-da-ampliacao-de-mercados-para-o-agronegocio-brasileiro> (18 de Novembro de 2018).
- Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento. *Agropecuária cresceu 13% em 2017*, <http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-cresceu-13-em-2017> (18 de Novembro de 2018).
- Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento. *Brasil poderá colher até 238 milhões de toneladas de grãos na safra 2018/19*, <http://www.agricultura.gov.br/noticias/brasil-podera-colher-ate-238-milhoes-de-toneladas-de-graos-na-safra-2018-19> (20 de Janeiro de 2019).
- Ministério Da Economia Planejamento, Desenvolvimento E Gestão. *O que é Orçamento Público?*, <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/conceitos-sobre-orcamento/o-que-e-orcamento-publico> (17 de Outubro de 2018).
- Mosaico Orçamentário FGV, <https://mosaico-orcamentario.dapp-h.cloud.fgv.br/> (20 de Janeiro de 2019).
- Notícias Agrícolas. *Começou a colheita da safra 2018/19 de soja no Brasil*, <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/soja/226983-comecou-a-colheita-da-safra-201819-de-soja-no-brasil.html#.XESTvs17nIV> (20 de Janeiro de 2019).
- Revista Globo Rural. *Produção agrícola cresceu 8,1% em 2014, diz IBGE*, <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2015/11/producao-agricola-cresceu-81-em-2014-diz-ibge.html> (12 de Outubro de 2018).
- Revista Globo Rural. *Produção agrícola alcança 183,9 milhões de toneladas em 2016*, <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2016/12/producao-agricola-alcanca-1839-milhoes-de-toneladas-em-2016.html> (18 de Novembro de 2018).
- Rodrigues, Bethânia Ávila *et al.* (2018). *Orçamento público: análise dos investimentos voltados à agricultura*. Ponta Grossa: CONBREPRO, <http://aprepro.org.br/conbrepro/2018/anais.php?ordem01=autor&ordem02=autor>
- Silva, Jair Candido Da. (1997). *Manual de execução orçamentária e contabilidade pública*. 1 ed. Brasília: Brasília Jurídica.